

externo, e, evidentemente, a reduzida minoria empresarial brasileira, rotinada na servidão e condicionada pela parcela de lucro que lhe cabe. A ilusão inicial residia na suposição de que o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” — que só se apresentou, em sua plenitude, a partir do ano de 1969, após o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, que suprimiu toda e qualquer espécie de liberdade e a vigência de todo e qualquer direito ou garantia individual — não alcançasse êxito. Essa ilusão se enquadrava em outra: a de que era uma situação transitória. Não era uma situação transitória, de rápida duração; ela foi implantada com o sentido de durar, de permanecer, de eternizar-se e, por isso mesmo, constituiu processo inteiramente diferente dos anteriores, em que golpes de Estado ocorreram e formas ditatoriais foram transitoriamente impostas. Agora não: é a forma específica de controle do Estado, nos países dependentes, para possibilitar a sujeição de sua estrutura econômica aos interesses do capitalismo monopolista de Estado vigente nos países matrizes imperialistas. Desse engano decorria o outro: de que o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento” não poderia, por contrariar os interesses da quase totalidade da população do país, apresentar índices significativos de crescimento — não poderia ter sucesso, em suma. Ora, que isso poderia acontecer, como aconteceu, não restava dúvida, pelo menos depois que, entre 1964 e 1968, foi articulado o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”.

Com a montagem do referido modelo, criou-se, no Brasil, a dualidade, estabelecida pela existência paralela de uma área moderna, concentrada, eficiente, dotada de alta produtividade, associada a empresas externas ou por elas constituída, e uma área atrasada, dispersa, menos eficiente, de produtividade discutível, constituída por empresas nacionais. Esse paralelismo entre um setor avançado e um setor atrasado processou-se em toda estrutura, de alto a baixo. Assim, persiste um fluxo primário-exportador, que é o que a economia brasileira apresenta de mais antigo, ligado a produtos agrícolas tradicionais, alguns com a produção e mesmo a comercialização, inclusive com o exterior, já bastante desnacionalizada — como acontece com o algodão. É o remanescente do velho sistema de economia exportadora de matérias-primas e alimentícios, em estado natural ou apenas beneficiados, que vinha sofrendo progressivo processo de transformação — de pré-capitalista para capitalista, na área da